

Niterói, 30.03.2021

O Aspecto Social da Inclusão, Integração e Exclusão: Implicações no Âmbito da Atividade Física

AUTOR

Mr. Rafael Gustavo Lopes Simões

Universidade Salgado de Oliveira, Programa de Pós-graduação em Ciências da Atividade Física - Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-0996-0927>

RESUMO

Com este artigo, pretendeu-se fazer uma breve fundamentação histórica acerca dos fenômenos da inclusão, integração e exclusão, considerando o aspecto social e suas implicações, no âmbito esportivo, seja este de caráter profissional ou no campo da promoção da saúde, por meio de atividades físicas. Pretendeu-se ainda, contribuir com uma reflexão crítica com os indivíduos envolvidos nesta atividade em relação a esses fenômenos. A pesquisa baseou-se em estudos de artigos científicos presentes em livros, revistas e mídias eletrônicas, com acessos de dados pelo Google Acadêmico e Scielo.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, integração, exclusão, atividade física.

The Social Aspect of Inclusion, Integration and Exclusion: Implications in the Scope of Physical Activity

ABSTRACT

With this article, it was intended to provide a brief historical foundation about the phenomena of inclusion, integration and exclusion, considering the social aspect and its implications, in the sporting sphere, whether this is of a professional character or in the field of health promotion, through physical activities. It was also intended to contribute to a critical reflection with the individuals involved in this activity in relation to these phenomena. The research was based on studies of scientific articles present in books, magazines and electronic media, with access to data by Google Scholar and Scielo.

KEYWORDS: Physical Activity, Inclusion, integration, exclusion.

INTRODUÇÃO

Ao começar a se falar em inclusão, integração e exclusão, deve-se fazer uma breve contextualização histórica desses conceitos e de que maneira a sociedade foi, e continua sendo impactada, e após esse impacto como ela se reestrutura por conta deles.

A história do tratamento dispensado pelas sociedades aos seus segregados confunde-se com a história das conquistas dessas sociedades, em direção à melhoria na qualidade de vida das populações. Partindo do ponto de

conceituação se faz necessário distinguir esses conceitos e perceber de que maneira eles se completam ou se opõem, afinal não se há de falar de um sem que se faça um contraponto entre eles.

Há, também, a necessidade de se conceituar atividade física e de que maneira seus aspectos sociais e de promoção de saúde são observados a partir dos fenômenos da inclusão, integração e exclusão, e como isto pode influenciar diretamente à melhoria da qualidade de vida.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1998, em seu artigo 5º apregoa a igualdade entre todos, sem distinção e assegura o direito à vida e igualdade, entre outros preceitos¹. Esse princípio também se encontra na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em seu artigo 1º “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”²

Ao se pretender assegurar efetivamente essas proposições, é fundamental pensar a inclusão, com vistas à ascensão dos indivíduos na sociedade, reconhecidos como parte fundamental dessa mesma sociedade, com pleno exercício dos seus direitos e deveres de cidadão.

Nesse contexto, é de fundamental importância não se ater simplesmente a conceitos, mas principalmente, elencar as ações que levam ao crescimento da integração em detrimento da exclusão.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

“A normalidade é tão-somente uma questão de estatística.” (Aldous Huxley)

“Mas louco é quem me diz, E não é feliz, não é feliz, Eu juro que é melhor, Não ser o normal, Se eu posso pensar que Deus sou eu.” Balada de um louco (Arnaldo Baptista e Rita Lee, 1972)

Inclusão, integração e exclusão: conceitos e impactos na sociedade

Antes de se falar sobre os conceitos de inclusão, exclusão e integração, faz-se necessário pontuar sobre o conceito de normalidade. Mas afinal o que é ser normal dentro de uma sociedade?

A sociedade espera que seus cidadãos estejam inseridos dentro de uma normalidade, que nada mais é do que normas ou padrões estabelecidos por um grupo de pessoas, nem sempre a maioria, seja por questões culturais, religiosas ou econômicas. Esses conceitos também podem ser sugeridos ou impostos e assim também se tornam temporais, pois vivendo-se em uma sociedade em constante mudança, podem ser modificados, readaptados, ficarem esquecidos e voltarem após um período.

Essa ideia de normalidade muitas vezes é entendida e relacionada com o conceito de moralidade, teoricamente existe um modo de ser correto e adequado socialmente, fazendo com que o indivíduo tenha que agir e se mostrar de uma maneira específica e assim ser aceito na sociedade.

1 (www.planalto.gov.br)

2 (www.unicef.org)

Human and Social Development Review

<http://www.hsdr.periodikos.com.br/>

Assim, quem não se encaixa nesses padrões, acaba sendo julgado como errado ou problemático, ou então, em alguns casos, “mereceram” aquela condição, como uma deficiência física, por exemplo. Essa interpretação se mostra completamente discriminatória para aquele que se mostra diferente, por, justamente, não reconhecer que as pessoas podem coexistir e se relacionarem de forma saudável e sem belicosidade.

Esses padrões sejam de beleza, cultural, religiosa ou qualquer outro aspecto, levam muitos indivíduos a tentarem se adaptar a essa normalidade. A tentativa de adaptação pode gerar frustrações, doenças e, em casos mais extremos, até mesmo suicídios, outros sequer tentam se adaptar e se impõem a um processo conhecido como auto exclusão, ou seja, o próprio indivíduo se avalia como incapacitado para a atividade e procura se acomodar na condição de não participante. O que também, neste caso, pode acarretar questões como as apresentadas pelos que tentam se adaptar.

Ao longo da história, uma sociedade sempre tentou se impor a outra, impondo a sua “normalidade”. A força sempre foi o meio mais utilizado para essa dominação ser posta em prática, fazendo com que culturas, religiões e economias fossem sobrepostas às dominantes, com povos sendo subjugados e submetidos à escravidão, e possível aceitação de esse fato ser tido como algo normal, por parte considerável da sociedade, tanto de dominantes como de dominados.

Os povos derrotados foram tratados como inferiores e relegados à marginalidade, acentuando o processo de exclusão; mesmo com o fim da escravidão, não encontraram apoio ou condições econômicas para se desenvolverem. Este é o caso do Brasil, cujo regime escravocrata produz mazelas, desde a época da colônia, que se reproduziram e permanecem até hoje, embora com um grau menor e de maneira menos ostensiva, mas ainda com reflexos segregários, muito notadamente no que tange ao racismo.

Episódios semelhantes de segregação também ocorreram posteriormente, a partir da imigração de indivíduos oriundos de ex-colônias para os países colonizadores, principalmente França e Inglaterra. Porém, a exclusão não foi uma característica observada apenas nas situações descritas.

Dentro dessas sociedades a exclusão era latente, principalmente, pelo fator econômico, de gênero ou condições físicas e mentais consideradas inadequadas. Essa exclusão social é conceituada neste artigo, como de pessoas consideradas inferiores aos padrões estabelecidos naquela sociedade. Nesse tipo de exclusão nenhuma atenção é provida aos grupos inseridos nessa condição, seja por conta de sua raça, gênero, deficiência ou qualquer outra condição “classificada” como diferente. Historicamente, classes sociais simplesmente ignoravam, rejeitavam, perseguiam e até exploravam essas pessoas.

A exclusão consiste de processos dinâmicos, multidimensionais produzidos por relações desiguais de poder que atuam ao longo de quatro dimensões principais – econômica, política, social e cultural –, e em diferentes níveis incluindo individual, domiciliar, grupal, comunitário, nacional e global. Resulta em um continuum de inclusão/exclusão caracterizado por acessos desiguais aos recursos, capacidades e direitos que produzem iniquidades em saúde. (POPAY et al, 2008, p. 36).

A exclusão social vai integrar o campo da pobreza e das desigualdades, embora esses conceitos tenham diferenças e contenham entre si situações e processos que vão se desenvolver fora do âmbito puramente econômico. Como por exemplo, os preconceitos que cercam as opções sexuais ou de gênero ou ainda a falta de acessibilidade para pessoas com alguma deficiência física. Assim, indivíduos e classes que pouco tenham socializado em ambientes

Human and Social Development Review

<http://www.hsdr.periodikos.com.br/>

com maior diversidade terão uma maior dificuldade em relacionar-se e compreender indivíduos de culturas, posicionamentos políticos, ideias diferentes. Por vezes, transformando essa dificuldade em sentimentos que remetem ao campo da superioridade, principalmente, além de medos que levam a insegurança e por consequência a processos de rejeição.

Originados desses sentimentos, tem-se a criação dos mais diversos estereótipos, preconceitos e diferentes formas de discriminação como o racismo, xenofobismo ou homofobia, entre inúmeras outras que incluem aí também as pessoas com deficiência física ou mental, aliás, a questão da deficiência sempre fez com que caminhassem lado a lado paixão e medo, gerando reações de ambivalência nas pessoas.

Para apoiar alguns fatos que justifiquem essa exclusão, surgem as mais obscuras teorias, que vão tentar de alguma maneira corroborar essa dominação, como por exemplo, as ideias eugenistas apregoadas pelo Nazismo. Conforme é relatado na reportagem, publicada em outubro de 2016³, Os eugenistas viram na genética de Mendel⁴ e na teoria da evolução de Darwin⁵ os argumentos para justificar seu racismo”. E foram justamente essas ideias de superioridade que levaram à II Guerra Mundial.

Porém, ao final da segunda guerra mundial as sociedades europeia e norte-americana passaram a enfrentar problemas de reconstrução, principalmente os europeus, com o retorno de ex-militares, muitos desses apresentando alguma deficiência física ou mental, como consequência dos combates.

Diante do dilema enfrentado por essas sociedades, como proceder em relação a essas pessoas? A principal resposta passa pelo processo de integração social, iniciado por volta da década de 1950. “Integração é o conjunto de processos de constituição de uma sociedade a partir da combinação das suas componentes, sejam elas pessoas, organizações ou instituições”. (PIRES. 2012, p. 55).

A necessidade de absorver esta mão de obra na reconstrução de países que foram abalados pela guerra, contribuíram para o avanço na ciência e tecnologia buscando de modo que possibilitasse a integração dos deficientes (PACHECO; ALVEZ, 2007).

As autoras, apontam que, embora na segunda metade do século XX, visões menos preconceituosas relacionadas aos deficientes, comecem a emergir, ainda havia “oscilações entre posturas organicistas (visando o assistencialismo), interacionistas (visando à educação e reabilitação física da pessoa com deficiência) e holísticas (visando reabilitação bio-psico-social, que considera o indivíduo como um todo)” (PACHECO; ALVEZ, 2007, p. 245). Porém, é notório que ao longo da história, essas visões continuam a coexistir e, por muitas vezes, são norteadoras de políticas públicas, que vão fazer com que esse processo vá se alterando ao longo do tempo.

Muitas tentativas foram realizadas nessa direção, algumas como a política do *mainstreaming*, adotada pelos EUA, na qual refere-se à política integracionista que se tornou palavra de ordem nas décadas de 1960 e 1970, recomendando que os alunos deficientes fossem escolarizados no ambiente o mais normalizador possível, evitando a

³ <https://super.abril.com.br/historia/nazismo/>

⁴ Gregor Johann Mendel (1822 a 1884) Biólogo, Botânico, Meteorologista e Monge Agostiniano austríaco. Publicou dois grandes trabalhos: Ensaios com plantas híbridas e Hierácias.

⁵ Charles Roert Darwin (1809 a 1882), Naturalista, Geólogo e Biólogo britânico, célebre por seus avanços sobre evolução nas ciências biológicas.

sua colocação em ambientes estigmatizantes e segregativos. Assim, a manutenção de alunos deficientes em classes de ensino comum era encorajada por constituírem estas o ambiente normal de escolarização. O encaminhamento a alternativas mais restritivas como classes especiais só poderia ocorrer quando estritamente necessário e mediante consentimento dos pais do aluno (GOTTLIEB, 1981).

Porém, muitas dessas políticas sofreram demasiadas críticas por que contribuíam para a segregação, a ideia de integração implica necessariamente em reciprocidade, não se trata pura e simplesmente de inserção, vai muito para além disso. Segundo do ponto de vista operacional, o ideal da integração ocorre em níveis progressivos desde a aproximação física, incluindo a funcional e a social, até a instrucional (frequência à classe do ensino comum).

Mas apesar de ser uma forma de criar mais oportunidades e direitos iguais para todos os elementos de uma sociedade, o advento da integração social não significaria que os elementos da sociedade iriam se tornar todos iguais, mas sim seria uma tentativa de que todos convivessem de forma pacífica com as suas diferenças, ou seja, a integração social partiria do pressuposto de que o indivíduo tem a liberdade para ser o que melhor lhe faça bem, contudo que sejam respeitados os direitos individuais e coletivos assegurados por leis.

Para que essa integração, desse o passo seguinte rumo à inclusão, foi necessário um avanço da sociedade e o fortalecimento da luta pela inclusão social e pelo respeito à diversidade, em todo o mundo, a busca por uma sociedade que possa atender a todos, sem rotular com classificações que remetam a discriminação (SILVA; SILVA, 2006).

Uma das mudanças que mais se tornam nítidas é que nesse momento observa-se que não é mais o indivíduo que deve se adaptar à sociedade, mas o inverso de forma a atender à demanda da diversidade humana.

Atividade física: promoção da saúde e os reflexos da inclusão social

Ao analisar o conceito de atividade física, encontra-se uma divergência pontual entre atividade física e exercício físico. Neste artigo, optou-se pela definição apresentada por Pitanga (2002).

Assim, temos atividade física definida como:

Atividade física pode ser entendida como qualquer movimento corporal, produzido pela musculatura esquelética, que resulta em gasto energético, tendo componentes e determinantes de ordem biopsicossocial, cultural e comportamental, podendo ser exemplificada por jogos, lutas, danças, esportes, exercícios físicos, atividades laborais e deslocamentos. (PITANGA, 2002 p.51).

E exercício físico como:

O exercício físico pode ser compreendido como atividades estruturadas e previamente planejadas que se destinam a aprimorar o condicionamento e a aptidão física, se tornando, dessa forma, não associado somente à saúde, e sim, à capacidade atlética de desempenho de cada pessoa. Os exemplos de exercícios incluem natação, corrida, ginástica ou musculação. (SILVA, s/data, p.11).

Manter-se fisicamente ativo é um dos pilares para manter-se saudável, como preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS) que, em 1946, definiu saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade.

Assim, é fundamental analisar o corpo, a mente e o contexto social do qual o indivíduo faz parte, para conceituar melhor o estado de saúde.

Partindo do conceito de atividade física que além de movimentar o corpo também o relaciona com o ambiente que o cerca, bem como do conceito de saúde apregoado pela OMS, torna-se ainda mais possível correlacionar a questão da inclusão social com o manter-se ativo, porém, não se deve esquecer que viabilizar esses conceitos implica necessariamente em políticas públicas voltadas para esse fim.

Quando se fala de inclusão social na atividade física, se fala de um preceito constitucional, conforme elencado no art.217 da Constituição Brasileira de 1998, que dispõe que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um,” e é justamente no parágrafo 3º do mesmo artigo, que se encontra garantido por lei, a questão da inclusão social, “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social”. Aqui percebe-se a amplitude do conceito de atividade física.

As políticas públicas de incentivo à atividade física devem ser amplas no que tange a abrangência de público e oferta de diversidade dessas atividades. O esporte ou atividade física é para todos. Outro aspecto a ser ressaltado é a importância e obrigatoriedade da presença de um profissional de Educação Física para ministrar essas atividades, pois além de sua qualificação acadêmica, desde fevereiro de 2020, também é considerado profissional de saúde, tendo sido reconhecido pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 2241-40 como profissional de educação física na saúde⁶.

Outro aspecto de extrema relevância é quando se fala da questão da inclusão social no esporte de alto rendimento. Além dos incentivos ao esporte paralímpico, se faz necessária uma mobilização e esforço de todos os segmentos da sociedade nas questões de racismo, homofobia e preconceito de gênero nessa esfera esportiva.

Obviamente, é inegável que esse quadro é um reflexo comportamental da sociedade como um todo. O preconceito dentro do esporte é enorme, seja de gênero, sexualidade ou de origem étnico-racial, e o futebol é o maior vetor dessa prática. Homofobia e racismo caminham lado a lado quando se trata de natureza preconceitual e ainda hoje encontram eco nos gramados, quadras, pistas e ginásios (SILVA; DEVIDE, 2009).

O futebol, principalmente, não costuma ser um dos espaços mais acolhedores para os homossexuais e para as mulheres. Gritos homofóbicos, piadas de cunho sexual e discriminação ainda fazem parte da triste realidade do esporte mais popular do planeta. O resultado disso é que poucos jogadores se arriscam a assumir publicamente a homossexualidade. Na maioria das vezes, os jogadores homossexuais preferem evitar a exposição para não prejudicar o andamento da carreira.

O preconceito presente em grande parte da sociedade, que estigmatiza a homossexualidade, como sendo pecado, doença ou crime, faz com que atletas que atuam em times profissionais não possam se assumir como homossexuais. Para além do constrangimento que os jogadores sofrem no meio e na torcida, muitas vezes têm também o reflexo do patrocínio.

O desempenho esportivo, a dedicação aos treinos devem ser os pontos que irão nortear a análise do esportista e não sua orientação sexual, cor da pele, etnia ou crença religiosa. Nesse sentido, a inclusão social se faz cada vez mais presente e necessária.

6 (www.CREFI.com.br)

Human and Social Development Review

<http://www.hsdr.periodikos.com.br/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preconceito, a exclusão e a segregação podem gerar na pessoa que passa por uma situação desse tipo, sentimentos que vão desde baixa autoestima até dificuldades nos relacionamentos afetivos e sociais, que impactam de maneira negativa a sua qualidade de vida.

A exclusão não pode ser evidenciada apenas com um enfoque econômico, mas sim, com uma amplitude maior acerca de suas variantes, ao identificar qual ou quais dimensões da exclusão social estão sendo observadas, torna-se mais fácil traçar estratégias para o enfrentamento delas. Analisar somente um aspecto da exclusão, além de limitar o tema, dificulta sua resolução. Este problema somente poderá ser adequadamente enfrentado se assumirmos uma postura ética em defesa de um modo de vida digno para todas e todos, sem exceção.

A inclusão revela, na realidade, uma área para a qual se dirige uma enorme atenção, muitas vezes com intenso envolvimento de pessoas com as mais variadas necessidades ou interesses e formações acadêmicas distintas, desde cientistas, educadores, profissionais de educação física, sociólogos, psicólogos entre outras áreas de conhecimento e principalmente os grupos diretamente afetados pelo problema da exclusão e segregação.

Este artigo não pretende esgotar este tema, mas sim contribuir para uma reflexão mais crítica e para a busca de ações concretas dos mais diversos segmentos da sociedade em relação a esse histórico problema. Para, além disso, expor aspectos da posição social e pessoal que se evidencia hoje acerca de pessoas que se encontram em situações de segregação e exclusão, a fim de compreender de que maneira a atividade física pode exercer um papel fundamental em contribuir com uma inclusão cada vez mais ampla.

Embora esse problema exista desde sempre, ele continua evidenciado na sociedade e somente com uma grande mudança comportamental, políticas públicas e uma legislação rigorosa, que configurem como crime atos discriminatórios de qualquer natureza, a tão sonhada inclusão total talvez encontre o acolhimento que merece.

REFERÊNCIAS

CARRANO, P. C. R. (org.). Futebol: paixão e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Profissionais de Educação Física conquistam reconhecimento na CBO. Fevereiro de 2020. Disponível em: <https://crefl.org.br/educacao-fisica/minha-profissao/profissionais-de-educacao-fisica-conquistam-reconhecimento-na-cbo/#:~:text=Profissionais%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20conquistam%20reconhecimento%20na%20CBO,-Os%20profissionais%20de&text=Desde%201997%2C%20com%20a%20publica%C3%A7%C3%A3o,integrante%20da%20%C3%A1rea%20da%20sa%C3%BAde>.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

SCOREL, Sara. Exclusão Social. Dicionário da Educação Profissional em saúde. 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/excsoc.html>.

GIULLIANOTTI, R. Sociologia do Futebol trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant, São Paulo, Nova Alexandria, 2002.

OMOTE, Sadão. Normalização, integração e inclusão... Ponto de Vista, v. 1. n. 1, julho/dezembro de 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1042/1524>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – ATIVIDADE FÍSICA – FOLHA INFORMATIVA Nº 385. 2014. Disponível em: https://actbr.org.br/uploads/arquivo/957_FactSheetAtividadeFisicaOMS2014_port_REV1.pdf Acesso em 18/04/2021.

Human and Social Development Review

<http://www.hsdr.periodikos.com.br/>

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto & ALVES, Vera Lucia Rodrigues. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. ACTA FISIATR 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/102875/101168>

PIRES, Rui Pena - O problema da integração Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIV, 2012, pág. 55-87 Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10758.pdf>

PITANGA, Francisco José Gondim. Epidemiologia, atividade física e saúde. Rev. Bras. Ciên. e Mov. Brasília v.10 n. 3 p. julho 2002. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/docentes/edfis/ismael/ativ.fis%20e%20saude/Epidemiologia%20da%20atividade%20f%EDsica.pdfS>

ZKLARZ, Eduardo. As cinco ideias por trás do Nazismo. 2005. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/nazismo/>

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

SILVA, Luiz Augusto da – Conceitos de Atividade Física e Saúde.pdf s/data Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Luiz-Da-Silva-5/publication/325506948_Conceitos_de_atividade_fisica_e_saude/links/5b117edba2723d997ae146/Conceitos-de-atividade-fisica-e-saude.pdf

SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da; DEVIDE, Fabiano Pries. Linguagem discriminatória e étnometodos de exclusão nas aulas de educação física escolar. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 30, n. 2, p.181-197, 2009. <http://rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/444/360>

SILVA, Herminia Helena Castro da; SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da. Desafios da Educação Física inclusiva: integrar ou incluir? Revista Augustus, v. 10, n. 21, p. 23-30, 2006.

Recebido em: 28/03/2021 - Aceito em: 25/04/2021

Endereço para correspondência: Rafael Gustavo Lopes Simões prof.rafasimoes@gmail.com

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

